

v. 52 n. 1 (2025): Ética Conceitual e Engenharia Conceitual

Submetido em: 30 nov. 2022
Aceito em: 05 ago. 2024Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional
Os direitos autorais da publicação pertencem às
respectivas autoras e/ou autores

Negociações Metalinguísticas e o Problema da Consciência

Metalinguistic Negotiations and the Problem of Consciousness

João César Ramos¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

A proposta de negociações metalinguísticas almeja explicar o funcionamento de diversas trocas linguísticas, revelando não apenas disputas metalinguísticas disfarçadas de disputas literais, mas revelando também disputas normativas pouco óbvias. Plunkett (2015) aplica essa proposta para tentar oferecer clareza também à metodologia de disputas filosóficas. Faço, na primeira parte deste trabalho, uma breve introdução à proposta das negociações metalinguísticas. Na segunda parte, aplico o framework apresentado para considerar algumas disputas filosóficas a respeito da consciência. Mais especificamente, analiso o debate sobre a realidade da consciência enquanto uma disputa metalinguística a respeito da noção de 'real'. Concluo que pensar tal debate como uma negociação metalinguística oferece ganhos interpretativos significativos.

Palavras-chave: negociação metalinguística. metafilosofia. ética conceitual. engenharia conceitual. problema da consciência.

ABSTRACT

The proposal of metalinguistic negotiations aims to explain the functioning of several linguistic exchanges, revealing not only metalinguistic disputes disguised as literal disputes, but also revealing less obvious normative disputes. Plunkett (2015) applies this panorama to try to offer clarity to the methodology of philosophical disputes. In the first part of this work, I provide a brief introduction to the proposal for metalinguistic negotiations. In the second part, I apply the presented framework to consider some philosophical disputes regarding consciousness. More specifically, I analyze the debate about the reality of consciousness as a metalinguistic dispute regarding the notion of 'real'. I conclude that thinking of such a debate as a metalinguistic negotiation offers interesting interpretative gains.

Key-words: metalinguistic negotiation. metaphilosophy. conceptual ethics. conceptual engineering. problem of consciousness.

¹ E-mail: jcramosf@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8644-6705>.

INTRODUÇÃO

Pelo menos desde *Disagreement and the Semantics of Normative and Evaluative Terms* (2013), Plunkett e Sundell vêm usando a noção de *negociação metalinguística* para capturar certos tipos de discordâncias, aparentes ou reais, entre diferentes agentes. A ideia é posteriormente explorada a fundo por Plunkett (2015), que estende a aplicação à análise de algumas disputas filosóficas. A motivação para a adoção dessa noção parte de um diagnóstico da existência de confusões em algumas trocas linguísticas. O intuito é que a noção se mostre como um recurso teórico para auxiliar a dar clareza ao que de fato está em jogo nessas disputas.

Dialogando principalmente com Plunkett (2015), o presente trabalho se propõe a fazer uma apresentação geral e concisa da proposta das negociações metalinguísticas e, então, aplicá-la para, presumivelmente, oferecer clareza a disputas que fazem parte do problema da consciência.

Na seção 1 me ocuparei em apresentar o panorama de negociações metalinguísticas, introduzindo ali noções como as de ‘emprego metalinguístico’, ‘disputa metalinguística’ e ‘negociação metalinguística’. Aqueles já familiarizados com a literatura relevante podem avançar mais celeremente para o fim da seção, onde elenco quatro critérios para avaliação de possíveis disputas metalinguísticas, critérios que serão importantes para a seção 2.

Na seção 2 aplicarei o panorama apresentado para avaliar disputas dentro do debate filosófico sobre a consciência. Mais especificamente, argumentarei que o panorama é elucidativo quando consideramos disputas entre realistas e irrealistas fenomênicos (alguns exemplos de realistas serão Nagel 1974, Jackson 1982, Chalmers 1995, Goff 2018. Exemplos de irrealistas serão P. S. Churchland 1987, P. M. Churchland 1989, Dennett 1991, Frankish 2018). Se minha leitura estiver correta, o panorama das negociações metalinguísticas nos ajuda a compreender que disputas que aparentam ser diretamente sobre a consciência são, na verdade, sobre a noção de ‘real’, noção que é empregada sistematicamente de modo metalinguístico no debate em questão.

1. NEGOCIAÇÕES METALINGUÍSTICAS

1.1 Disputas metalinguísticas e discordâncias

Para chegar à ideia de negociação metalinguística, Plunkett² apresenta antes a noção de *disputa metalinguística*. Para chegarmos lá, consideremos antes que um *emprego* metalinguístico de um dado termo se dá quando tal termo é usado (em vez de apenas mencionado) para comunicar uma informação sobre como esse próprio termo é, ou deveria ser, empregado no contexto. O exemplo utilizado como porta de entrada para a discussão é retirado de Barker (2002). Nesse exemplo, uma interlocutora quer saber o que conta como alto no contexto relevante. Como resposta, alguém aponta para uma pessoa presente, Feynman, e profere:

(1) Feynman é alto.

Preocupado mais diretamente com adjetivos gradativos, Barker diz que a asserção (1), quando fora de contexto, é convencionalmente usada para adicionar novas informações sobre a altura de Feynman - uso que Barker define como “descritivo”. Em um contexto como o exposto, no entanto, a resposta não é utilizada para informar algo sobre Feynman, mas para informar algo sobre o próprio significado de ‘alto’ (no dado contexto), que pode ser interpretado como uma condição suficiente para uso correto desse termo (no dado contexto). Como o próprio termo é empregado para transmitir informação sobre como esse mesmo termo deve ser empregado apropriadamente, seu uso é “metalinguístico”.

Uma disputa metalinguística, por sua vez, se dá quando o mesmo termo é metalinguisticamente empregado de modos antagônicos. No exemplo de Plunkett, estendido do caso de Barker, o agente inicial profere “Feynman é alto”, ao passo que sua interlocutora, ao ouvir tal afirmação, rebate: “Não, Feynman não é alto”, enquanto ambos estão no mesmo cômodo que Feynman, estando, por isso, de acordo sobre a estatura deste. Como no exemplo inicial de Barker, o que está em jogo

² Quando não especificada daqui em diante, a obra de Plunkett mencionada será o texto base da discussão, ‘Which Concepts Should We Use?: Metalinguistic Negotiations and The Methodology of Philosophy’, de 2015.

não é altura de Feynman, mas o significado, ou a forma correta de utilização, do termo relevante. Como os empregos dos dois agentes são antagônicos, há um caso de disputa.

Com vistas ao uso útil para seus fins, Plunkett (p. 835) define disputa da seguinte forma: uma troca linguística que aparenta expressar uma discordância. Discordância, por sua vez, é pensada como algo que envolve um conflito racional de estados mentais. De modo resumido, Plunkett caracteriza um conflito racional de estados mentais como algo envolvendo dois agentes aceitando conteúdos conflitantes p e q . Essa caracterização permite que a discordância seja apartada de qualquer interação particular entre os agentes que discordam, sendo possível aceitar que pessoas que nunca interagiram uma com a outra estejam em discordância.

É importante notar que, de acordo com o critério de Plunkett, a troca linguística, para configurar como uma disputa, precisa apenas aparentar expressar uma discordância, mas não precisa de fato envolver estados mentais conflituosos. Plunkett (p. 837) ilustra o caso de uma disputa com discordância apenas aparente com um exemplo no qual dois agentes fazem afirmações conflituosas sobre um “banco”. No exemplo, os agentes eventualmente dissolvem a disputa chegando ao entendimento de que simplesmente empregavam o termo de modos distintos - um deles empregava o termo com o sentido de banco financeiro, enquanto o outro empregava o termo com o sentido de assento -, concluindo que, portanto, não discordam em nada. De acordo com Chalmers (2011, p. 516), esse potencial para, através de um exame sobre a linguagem, dissolver disputas que aparentavam ser sobre o domínio não-linguístico é uma das marcas centrais de uma “disputa verbal”. No entanto, o exemplo do banco é distinto do cenário onde o termo ‘alto’ está sob disputa, uma vez que naquele, que envolve o termo ‘alto’, há uma discordância real a respeito do significado do termo relevante no dado contexto.

Plunkett introduz também a distinção entre disputa canônica e não-canônica. A primeira diz respeito a disputas que têm como objeto central o conteúdo que é literalmente expressado pelos agentes. Aquilo que os falantes dizem é o próprio conteúdo da disputa ou da discordância. O autor explica que o nome ‘disputa canônica’ se dá pela suposição generalizada de que esse é o modo mais comum ou típico para expressar uma discordância. A disputa não-canônica, pelo contrário, é um tipo de disputa em que o objeto central é algo não comunicado literalmente

por um agente, mas que é comunicado de modos alternativos, como através de implicatura e conotação.

A distinção é bastante relevante para o projeto de Plunkett, dado que disputas metalinguísticas genuínas, isto é, que expressam de fato uma discordância, são em boa parte disputas não-canônicas. O exemplo da disputa sobre ‘alto’ parece ser um desses casos, já que os agentes possuem crenças conflitantes sobre como usar a palavra ‘alto’ no dado contexto e que essa crença é comunicada, apesar de não o ser através do conteúdo literal das expressões linguísticas.

1.2 - Negociações metalinguísticas e ética conceitual

Com a noção de disputa metalinguística em mangas, Plunkett passa à noção de *negociação metalinguística*, o centro das atenções do artigo. Uma negociação metalinguística é um tipo específico de disputa metalinguística, em que há um direcionamento normativo na disputa. Sendo assim, negociação metalinguística é uma noção equivalente à noção de *disputa metalinguística normativa*, onde o que está em jogo é o que uma palavra deve significar, ou como deve ser empregada, e contrasta com uma disputa metalinguística descritiva, onde o que importa são questões factuais e passivas sobre o significado ou o uso da palavra relevante.

De acordo com Plunkett, o âmbito normativo de disputas metalinguísticas se mostra especialmente vívido em disputas sobre caráter³. O exemplo para ilustrar uma disputa sobre caráter, e também o exemplo mais utilizado no restante do artigo, é o do cavalo Secretariat, originalmente introduzido por Ludlow (2008). Ludlow relata ter ouvido, em programa esportivo de rádio, uma discussão sobre a lista dos cinquenta maiores atletas do século vinte, publicada à época em uma revista esportiva. O cavalo de corrida multipremiado Secretariat aparecera na lista. Dada a ocasião, os participantes do programa de rádio discutiam sobre a legitimidade dessa escolha. Apropriando-se do caso, Plunkett pede a seu leitor que simplifique o desenvolvimento original do exemplo de Ludlow e imagine um diálogo entre dois participantes do programa, onde um afirma que Secretariat é de fato um dos cin-

³ A noção de caráter vem da semântica de Kaplan (1989), com o significado de aquilo que é ou que determina uma função de contexto de enunciado para o conteúdo. O caráter é um tipo de regra que determina a referência de um indexical na semântica de indexicalidade dupla. Plunkett se apropria do termo e o usa basicamente como o significado invariante ao contexto de um dado termo. O uso específico de Plunkett é justificado na semântica kaplaniana, já que nesta o caráter é aquilo que, com a adição do contexto, determina o conteúdo de um termo, sendo, assim, supracontextual.

quenta maiores atletas do século vinte, enquanto o outro nega tal atribuição. Na medida em que a discussão entre os dois participantes se desenrola, o seguinte diálogo surge:

- (a) Secretariat é um atleta.
- (b) Não, Secretariat não é um atleta.

Ao longo da conversa hipotética, o falante de (a) aplica sistematicamente o termo ‘atleta’ de forma a abarcar animais humanos e não-humanos, enquanto o falante de (b) restringe esse termo apenas a humanos, em um cenário onde ambos conhecem todos os fatos relevantes para a discussão.

Segundo Plunkett, uma possível interpretação do que ocorre em um diálogo assim é a de que há uma negociação metalinguística. Cada um dos falantes defende seu uso preferido para o termo ‘atleta’: um acha que tal termo deve ser aplicado somente a humanos, o outro acha que a aplicação deve ser mais ampla. De acordo com o autor, o exemplo de Secretariat tem força ilustrativa para caracterizar uma negociação metalinguística maior do que o exemplo de ‘alto’ (apesar de este ser uma boa porta de entrada). Isto se dá porque no caso de ‘atleta’ a disputa se dá sobre o significado mais geral do termo, diferentemente do caso de ‘alto’, que é muito sensível ao contexto.

Plunkett explora em mais detalhe o que faz o caso de Secretariat ser um exemplo mais forte de negociação metalinguística. Ao fim, Plunkett sugere quatro critérios a serem satisfeitos para que uma disputa seja considerada como uma negociação metalinguística:

Critério A: Há boas evidências de que a troca linguística é uma disputa, isto é, de que ela aparenta expressar uma discordância.

Critério B: Há boas evidências de que a disputa de fato expressa uma discordância.

Critério C: Há boas evidências de que os agentes da disputa conferem significados diferentes para, pelo menos, um dos termos da disputa.

Critério D: Há boas evidências de que a discordância não é apenas sobre informações descritivas a respeito da palavra sob disputa, mas sobre como tal palavra deve ser usada ou o que ela deve significar.

Antes de avançarmos à próxima seção e aplicarmos os critérios de Plunkett, podemos nos perguntar se a própria construção de uma negociação metalinguística é plausível. Afinal, por que os agentes de uma negociação metalinguística discordariam, para começo de conversa, sobre o mero uso de uma palavra? Em outras palavras, por que se importariam em capturar o significado desejado por meio de um termo específico? Uma resposta básica é que há muitos elementos sociais, históricos e culturais associados a várias palavras que usamos. A extensão do termo ‘atleta’, por exemplo, pode ter influência prática ao permitir ou negar que certos seres recebam glória, dinheiro ou fama. Chalmers coloca bem esse ponto:

A resposta para perguntas sobre o emprego de palavras tem consequências práticas sérias. Por exemplo, ao discutirmos se uma dada lei foi violada, é comumente necessário estabelecer o significado das palavras relevantes. Questões sobre o que cai sobre a extensão de ‘casamento’ e ‘assassinato’ podem, em algum sentido, se tratar de questões verbais, mas a resposta a essas questões pode exercer uma grande influência sobre a vida das pessoas. (Chalmers, 2011, p. 516 - tradução nossa)

Chalmers (Ibid, p. 542) ainda diz que agentes ideais talvez não sejam afetados por meras escolhas de palavras, mas que para agentes não-ideais, como nós, a aceitação do significado de um termo importante pode exercer grande influência. Investigações e argumentos sobre quais termos e conceitos são melhores ou deveriam ser adotados para os propósitos almejados caem sobre a alçada da *engenharia conceitual* ou, como Plunkett prefere, da *ética conceitual*⁴. De acordo com Plunkett (p. 843), a ética conceitual se faz presente quando há argumentos normativos *explícitos* sobre escolha de conceitos. E essa investigação normativa explícita importa, já que a escolha de conceitos, como foi dito, pode ter resultados práticos sérios, e que nem todos os conceitos são igualmente bons para os contextos ou propósitos almejados.

Plunkett (p. 849-50) diz que há vários motivos para que levemos a proposta das negociações metalinguísticas a sério e a usemos para compreender melhor as

⁴ Assumo uma posição ontologicamente desinflationada acerca de conceitos aqui. Seguindo Plunkett e Burgess (2012), digo que para os propósitos presentes conceitos são “ingredientes” ou “componentes” de pensamentos, sendo essas metáforas compatíveis com variadas interpretações. De toda forma, no presente trabalho a noção de ‘conceito’ não é crucial ou ontologicamente comprometedor, tanto é que foi evitada até aqui.

trocas linguísticas. O principal motivo oferecido é que parecemos fazer constantes empregos de termos de forma metalinguística. Sendo assim, uma negociação metalinguística seria a expansão de um fenômeno linguístico bastante comum.

A proposta não passa sem críticas. Por exemplo, Cappelen (2018, p. 174-175) diz que falantes comuns engajados no tipo de disputa relevante não aceitariam muito facilmente que o objeto central da disputa é a linguagem, e não as próprias coisas no mundo. No caso do Secretariat, por exemplo, os agentes poderiam julgar contraintuitiva a afirmação de que o objeto de disputa é a palavra ‘atleta’ e não Secretariat, cavalos, em geral, ou exemplares de atletas humanos. A proposta das negociações metalinguísticas, de acordo com Cappelen, é pouco intuitiva. Marques (2017) argumenta que a proposta das negociações metalinguísticas é limitada e que não possui força para lidar com casos de discordâncias valorativas. Não é da alçada deste trabalho, no entanto, examinar tais críticas e investigar se a proposta das negociações metalinguísticas se mantém diante dessas dificuldades. No que se segue, aplicarei o esquema de Plunkett para considerar uma disputa filosófica específica

2. NEGOCIAÇÕES METALINGUÍSTICAS E O PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA

O principal objetivo de Plunkett no artigo central para a presente discussão não é simplesmente apresentar a proposta das negociações metalinguísticas, mas usar esse *framework* para oferecer ganhos interpretativos a respeito de disputas filosóficas. Acredito que tal aplicação é útil também para entendermos melhor algumas disputas ao redor do problema da consciência. Especificamente, o panorama apresentado me parece ser elucidativo para consideração do debate acerca da realidade fenomênica (*i.e.* acerca da realidade da consciência), um debate entre realistas (exemplos bem conhecidos são Nagel 1974, Chalmers 1995, Goff 2019) e irrealistas, (*e.g.* Dennett 1992, Frankish 2017).

Antes de avançarmos à aplicação da metodologia ao debate, esclareçamos, de modo introdutório, as posições conflitantes. O que exatamente significa ser realista em relação à consciência, ou, em outras palavras, um realista fenomênico? Uma primeira resposta, ainda incipiente e pouco informativa, é dizer que ser realista significa tomar a consciência como um *datum*, algo que de fato existe no mundo e que demanda explicação. Essa resposta pode parecer trivial à primeira vista,

mas se torna interessante depois de suficientes considerações. O que é dito, em diferente formulação, é que existem dados de primeira pessoa, acessados diretamente pelo sujeito a qual dizem respeito. Esses dados de primeira pessoa são experienciados (e algumas vezes são descritos como sendo a própria experiência, como em Strawson 2010) e são intrinsecamente qualitativos, no sentido de serem necessariamente sentidos como algo. Exemplos patentes são a experiência de dor, de prazer, de tristeza, de ver um objeto vermelho, de sentir o cheiro do café, etc.

Do outro lado da disputa, temos o irrealismo. Os irrealistas estão especialmente interessados em negar que certas propriedades problemáticas de um ponto de vista científico, geralmente atribuídas à consciência, são reais. Tais propriedades incluem coisas como a infabilidade, ou a existência de aspectos da experiência que não são capturados por descrições científicas e objetivas; a assimetria epistêmica, ou a tese de que conhecemos com maior segurança e clareza nossos eventos mentais do que conhecemos eventos “externos”; e a infalibilidade ou incorrigibilidade, a tese de que sempre estamos corretos a respeito de nossos próprios eventos conscientes. Desse modo, a consciência só é tratada como irreal se ela for necessariamente relacionada a essas propriedades.

Uma boa maneira de ilustrar a reivindicação dos irrealistas é o exemplo do ponto cego. Em cada um de nossos olhos há um ponto cego, no sentido de que em cada retina há um lugar desprovido de fotorreceptores. Observe a imagem abaixo, extraída de Dennett (1991, p. 324). Feche um dos olhos, foque o outro na cruz e mova a cabeça para frente ou para trás, até que um dos discos desapareça, o que deve acontecer a uma distância aproximada de 20 a 30 centímetros:



Se tudo se passar corretamente, um dos discos ficará completamente invisível até que a cabeça ou o olho seja movido. O interessante aqui é que muito raramente notamos esse ponto cego no dia a dia. O que está no ponto cego de um olho, não está no do outro olho, além de que normalmente mexemos bastante nossas cabeças, de modo que o ponto cego usualmente não é fixo. Mas mesmo que estejamos com a cabeça completamente imóvel, assistindo com apenas um olho a um televisor ou simplesmente encarando uma parede, o ponto cego não é facilmente

notado. A informação ausente é preenchida ou simplesmente ignorada pelo cérebro.

Exemplos similares são a ilusão de Müller-Lyer, o efeito Ganzfeld ou vários outros. Demonstrações como essas são interessantes para os irrealistas porque dão força para a possibilidade de estarmos sistematicamente enganados sobre nossos próprios estados conscientes. Se quando olhamos para uma parede branca com apenas um olho e com a cabeça imóvel temos a sensação de que enxergamos a parede de maneira completa e perfeita, por que não poderia ser o caso de fazermos outros julgamentos equivocados sobre boa parte do conteúdo qualitativo das nossas experiências? A capacidade do cérebro para preencher ou ignorar algo como o ponto cego abre um precedente para a tese de que talvez todas as nossas impressões de experiências qualitativas sejam ficções úteis, ficções essas que possivelmente foram adaptadas evolutivamente. Se esse for o caso, podemos intuir que os organismos não foram selecionados evolutivamente para perceber a realidade como ela é, mas para organizar estímulos da maneira mais vantajosa para sua adaptação e sobrevivência em um dado ambiente. Tal observação parece ir na contramão da asserção realista de que a consciência oferece um *datum* confiável.

A partir dessa breve introdução às posições realista e irrealista, passemos à aplicação da metodologia introduzida anteriormente. Antes de avançarmos à disputa central, consideremos uma disputa que marcou a década de 1990, seguindo o livro *Consciousness Explained*, de Dennett:

(c_1) A ciência não pode explicar a consciência satisfatoriamente.

(d_1) A ciência pode explicar a consciência satisfatoriamente.

Dennett conhecidamente defendeu d_1 de modo sistemático durante o livro, contrapondo, portanto, c_1 , uma alegação feita por autores como Nagel (1974) e Jackson (1982). A troca linguística c_1 - d_1 aparenta expressar uma discordância, o que satisfaz o critério A de Plunkett para reconhecimento de negociações metalinguísticas. No entanto, não é nada claro se aqui já há uma discordância mais do que aparente, ou seja, se c_1 - d_1 cumpre também o critério B. Para checar se o critério B é satisfeito, podemos usar o método da eliminação de Chalmers (2011), em que eli-

minamos a palavra central da disputa, com o objetivo de entender se a discordância é apenas aparente.

Considere a distinção que Chalmers (1995, p.10) faz entre *consciência psicológica* e *consciência fenomênica*. Na primeira noção, consciência psicológica, a mente desempenha o papel de fonte causal para o comportamento ou para funções neurofisiológicas, sendo definida necessariamente de maneira objetiva e de terceira pessoa. Na segunda, consciência fenomênica, a mente é definida “internamente”, ou seja, como uma experiência subjetiva, de primeira pessoa e conscientemente experienciada. Uma leitura plausível de c_1-d_1 é a de que proponentes de c_1 , como Nagel e Jackson, empregam, na verdade, a noção de consciência fenomênica, enquanto proponentes de d_1 , como Dennett, empregam a noção de consciência psicológica⁵. Seguindo tal interpretação, podemos reformular as alegações do seguinte modo:

(c_2) A ciência não pode explicar a consciência fenomênica satisfatoriamente.

(d_2) A ciência pode explicar a consciência psicológica satisfatoriamente.

Tais reformulações nos ajudam a perceber que a disputa em c_1-d_1 era, ao menos parcialmente, aparente⁶. Ambas as partes podem aceitar c_2 e d_2 . No entanto, ao dissolvermos a discordância aparente apresentada, discordâncias mais profundas emergem. Realistas e irrealistas aceitariam c_2 por motivos bastante diferentes. Enquanto um realista que aceita c_2 , como os citados Nagel (1974) e Jackson (1982), fazem-no por uma suposta limitação epistêmica da ciência, um irrealista aceita c_2 com a alegação de que a consciência fenomênica é irreal ou uma mera ilusão. Com isso, a discordância restante pode ser elaborada através da seguinte disputa:

(e) A consciência fenomênica é real.

⁵ Chalmers mesmo faz essa leitura ao defender (op. cit., p. 27) que Dennett (1991) se concentra em lidar com a consciência psicológica, mas que - por seus próprios motivos - deixa de lado a alegada fenomenalidade da consciência.

⁶ É interessante observar que a disputa c_1-d_1 pode não satisfazer o critério B de Plunkett, mas, como exposto, satisfaz o critério C, e talvez também o critério D. Por exemplo, uma leitura plausível de Dennett (op. cit.) é a de que ele reivindica o uso do termo ‘consciência’ enquanto consciência psicológica contra o popular uso do termo enquanto consciência fenomênica (dado que este uso, para Dennett, só nos leva a confusões). O mesmo poderia ser dito sobre um proponente de c_1 . Se usamos essa leitura para interpretar a disputa c_1-d_1 , vemos que ali há uma disputa normativa sobre qual deve ser o uso do termo ‘consciência’, o que satisfaz o critério D.

(f) Não, a consciência fenomênica não é real⁷.

A princípio, *e-f* não parece ser uma negociação metalinguística. Como ‘consciência fenomênica’ é uma noção técnica já previamente estabelecida na disputa, seu emprego não parece ser metalinguístico. Isto é, se considerarmos a consciência fenomênica como objeto direto da discordância, os critérios C e D não parecem ser satisfeitos, e a disputa não constitui uma negociação metalinguística.

No entanto, defendo que *e-f* é, sim, uma negociação metalinguística. O emprego metalinguístico, no entanto, não se dá através de ‘consciência fenomênica’, mas sim através do termo ‘real’. Para ver que a discordância se dá sobre a noção de real, note que o realista fenomênico parte usualmente da afirmação de que a consciência fenomênica é um dado (que chamarei de *intuição fenomenológica* daqui em diante), algo que nos é acessível subjetivamente, seja esse dado parte ou não de uma realidade pública. O irrealista fenomênico, por sua vez, parte da prerrogativa de que são os fatos científicos objetivos, públicos e de terceira pessoa que ditam o que é real e o que não é. Um realista usualmente se agarra à intuição fenomenológica, defendendo que ela é suficientemente forte e que corresponde a um aspecto fundamental da realidade, que não pode ser abandonado. Um irrealista se agarra à sujeição da realidade ao que é objetivo e público e defende que a intuição fenomenológica não merece um comprometimento ontológico que possivelmente abalaria nossa visão científica de mundo e que, por não ser compatível com essa visão científica, corresponde a uma ilusão ou ficção.

Se a leitora ainda não estiver convencida de que a discordância se dá sobre a noção de realidade, uma forma mais eficaz de avançar o ponto pode ser recorrer a um pouco de história das posições. A origem do realismo fenomênico é comumente creditada a Descartes (1637, 1641). Conhecidamente, Descartes, buscando combater um ceticismo extremo a respeito de qualquer tipo de conhecimento, fundou em sua própria consciência uma base confiável para o estabelecimento de um conhecimento verdadeiro⁸. De acordo com Descartes, mesmo que um gênio maligno me le-

⁷ O livro *Illusionism as a Theory of Consciousness* (2018), editado por Frankish, é um ótimo compilado para a contraposição dessas duas teses. Em especial, recomendo os capítulos de Frankish (capítulo nº 1) e Goff (nº 6) para fins ilustrativos.

⁸ O conhecido lema cartesiano “*cogito, ergo sum*” funda mais diretamente o conhecimento no pensamento, e não na consciência. No entanto, ao longo do *Discurso do Método*, Descartes constantemente caracteriza o pensamento como abarcando tudo aquilo do qual somos conscientes, o que torna legítimo adaptá-lo para a discussão relevante aqui.

ve a ter crenças falsas sobre, por exemplo, meu ambiente ou minha rotina, enquanto na verdade sou um cérebro em uma cuba ou estou em uma simulação, não posso duvidar de que de fato penso, sinto dor, vejo cores, etc. Mesmo que muitas dessas experiências representem objetos irrealis, as experiências não podem, elas mesmas, ser irrealis. A justificativa para isso é a de que a existência de uma experiência está fundada no próprio ato de ser experienciada, o que torna contraditório ter uma experiência e ao mesmo tempo dizer que tal experiência não existe, *i.e.* que ela não é real. Em uma perspectiva dessa natureza, a consciência funciona como um guia para algo que de fato existe e que, portanto, é real.

O irrealismo fenomênico, por sua vez, como caracterizado atualmente no debate, retrocede pelo menos até o casal Paul e Patricia Churchland, filósofos bastante conhecidos por defenderem uma espécie de eliminativismo acerca da consciência fenomênica. A posição dos Churchland é fortemente influenciada pela distinção que Sellars (1962) - filósofo que, na década de 1960, foi professor do casal na Universidade de Pittsburgh - faz entre *imagem manifesta* e *imagem científica*. Resumidamente, Sellars caracteriza a imagem manifesta como aquela que apresenta o mundo da forma como este aparece ordinária e ingenuamente na percepção e no pensamento. A imagem científica, por sua vez, é aquela que constrói o mundo de acordo com nossas melhores teorias científicas. A imagem científica constantemente colide com a imagem manifesta, como exemplificado pelo experimento envolvendo o ponto cego há pouco. Os Churchland argumentaram repetidas vezes (*e.g.* P. S. Churchland 1987; P. M. Churchland 1989) que, onde há colisão, a imagem científica deve ser mantida, e a imagem manifesta deve ser eliminada. Para nossos propósitos, essa posição pode ser generalizada para outros irrealistas, como Dennett e Frankish. Numa perspectiva assim, é a imagem científica que funciona como guia último para que saibamos o que é, de fato, real.

Com isso, vemos que o significado de 'realidade' ou 'real' para realistas e irrealistas fenomênicos diverge logo de partida: o realista fenomênico, motivado pela intuição fenomenológica, abarca necessariamente a realidade da consciência fenomênica sob 'real', enquanto o irrealista, motivado pelo frequente equívoco da imagem manifesta frente à imagem científica, usa esta como guia último para o conhecimento do que de fato existe.

A partir dessas considerações, defendo que a disputa *e-f* é uma negociação metalinguística bastante similar à disputa *a-b*, sobre o cavalo Secretariat. Realistas e irrealistas fenomênicos, em disputas como *e-f*, não só empregam sistematicamente o termo ‘real’ de modo metalinguístico para comunicar significados distintos, mas também fazem isso normativamente, isto é, defendendo um significado ou uso específico que acreditam ser o mais adequado para o termo em questão. Se a interpretação proposta estiver correta, uma discordância que na superfície aparenta ser sobre filosofia da mente e ciências cognitivas se dá, na verdade, mais fundamentalmente em nível epistemológico e metafísico. Entender isso é crucial para que filósofos envolvidos em debates sobre a realidade da consciência, introduzidos aqui pela disputa *e-f*, tenham mais clareza sobre o que está de fato em jogo, e assim, avancem a discussão.

CONCLUSÃO

A aplicação metodológica do *framework* de negociações metalinguísticas para consideração do debate acerca da realidade da consciência se mostrou útil para conferir maior clareza ao que de fato está em jogo nas disputas em questão. Foi sugerido que realistas e irrealistas fenomênicos empregam sistematicamente o termo ‘real’ de modo metalinguístico e normativo. Nessa análise, foi identificado que uma discordância - de fato existente - que superficialmente aparenta se dar diretamente sobre a consciência, na verdade se dá, mais fundamentalmente, em nível epistemológico e metafísico. Se correta, tal análise oferece avanço ao debate em questão.

REFERÊNCIAS

BARKER, Chris. The Dynamics of Vagueness. *Linguistics and Philosophy*, 25, 2002, pp. 1-36.

BURGESS, Alexis; PLUNKETT, David. Conceptual Ethics I. *Philosophy Compass*, v. 8, n. 12, 2013, pp. 1091-101.

CAPPELEN, Herman. *Fixing Language: An Essay on Conceptual Engineering*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CHALMERS, David J. *The Conscious Mind: In Search of a Theory of Conscious Experience*. Santa Cruz: Department of Philosophy, University of California, 1995.

CHALMERS, David J. Verbal Disputes. *Philosophical Review*, v. 120, n. 4, 2011, pp. 315-60.

CHURCHLAND, Patricia S. *Neurophilosophy*. MIT Press, 1987.

CHURCHLAND, Paul M. *A Neurocomputational Perspective*. MIT Press, 1989.

DENNETT, Daniel C. *Consciousness Explained*. New York: Back Bay Books, 1991.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANKISH, Keith. "Illusionism as a Theory of Consciousness". In: Ed. FRANKISH, Keith. *Illusionism as a Theory of Consciousness*. Imprint Academic, 2017, pp. 13-48.

GOFF, Philip. *Galileo's Error: Foundations for a New Science of Consciousness*. Nova York: Pantheon Books, 2019.

JACKSON, Frank. Epiphenomenal Qualia. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 32, No. 127, pp. 127-136; April, 1982.

KAPLAN, David. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics and Epistemology of Demonstratives. In: Ed. ALMOG, Joseph & PERRY, John. *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, 1989, pp. 481-563.

LUDLOW, Peter. Cheap Contextualism. *Philosophical Issues*, 18, 2008, pp. 104-29.

MARQUES, Teresa. What Metalinguistic Negotiations Can't Do. *Phenomenology and Mind*, 12, 2017, pp. 40-8.

NAGEL, Thomas. What Is It Like to Be a Bat? *The Philosophical Review*, V. 83, N. 4, 1974, pp. 435-450.

PLUNKETT, David. Which Concepts Should We Use?: Metalinguistic Negotiations and the Methodology of Philosophy. *Inquiry*, V. 58, N. 7-8, 2015, pp. 828-874.

PLUNKETT, David; SUNDELL, Timothy. Disagreement and the Semantics of Normative and Evaluative Terms. *Philosophers Imprint*, V. 13, N. 23, 2013, pp. 1-37.

PLUNKETT, David; SUNDELL, Timothy. Metalinguistic Negotiation and Speaker Error. *Inquiry*, V. 64, N. 1-2, 2021, pp. 142-67.

SELLARS, Wilfrid. *Philosophy and The Scientific Image of Man*. *Frontiers of Science and Philosophy*, ed. Robert Colodny. University of Pittsburgh Press, 1962, pp. 35-78.

STRAWSON, Galen. Realistic Monism: Why Physicalism Entails Panpsychism. Em: Ed. STRAWSON, Galen. Real Materialism and Other Essays. Nova York: Oxford University Press, 2008, pp. 53-74.